



Aumentam as mobilizações pelo Plano de Carreira

Plano de Carreira: Plenária define construção coletiva

Reuniões regionais foram definidas pela 15ª. Plenária



Giuseppe Ferriz/Agência Vival

A 15ª Plenária Estadual do Sindijus-PR, com participação significativa dos servidores, mais de 130 de todo o Estado, aconteceu nos dias 30, 31 e 1º de abril, em Curitiba. Foi deliberado entre outras questões, o plano de lutas e de ação sindical para este ano.

Uma das ações definidas pela plenária é a realização de encontros regionais para discutir a proposta de Plano de

Carreira aprovada pela categoria.

Serão vários encontros para a construção do plano que será levado à comissão do TJ encarregada de elaborar um anteprojeto que deverá ser apresentado ao presidente do TJ, Miguel Kfoury Neto.

O calendário de reuniões por região tem início no dia 17 de abril no litoral do Estado.

Páginas 2, 4 e 5

SINDIJUS-PR
REALIZARÁ O
TIJUP EM
NOVEMBRO

Página 7

PEC 05
SINDICATO PEDE
QUE TJ REVISE
APOSENTADORIAS
POR INVALIDEZ

Página 7

Seminário vai orientar servidores a se defenderem do assédio moral

**ASSÉDIO
MORAL
CHEGA!**
Juntos para combater



Sindijus PR

Página 3

OPINIÃO

PLENÁRIA: Determinação de todos para novas conquistas

A Plenária Estadual dos Servidores do Judiciário é realizada para estabelecer o plano de lutas e de ação sindical para o ano. A 15ª. Plenária Estadual, com participação maciça dos servidores da capital, região metropolitana e interior superou as expectativas, não apenas em número de participantes, mais de 130 servidores, mas também pelo nível dos palestrantes, dos debates e pela determinação dos trabalhadores, que não se afastaram do evento, permaneceram firmes durante os três dias de discussões.

Esse fato, por si só, demonstra a vontade de toda a categoria para lutar pela concretização dessa reivindicação histórica que é o Plano de Carreira de todos os trabalhadores do Judiciário Estadual.

Foi aprovado também o plano de lutas, que além do Plano de Carreira tem outros pontos específicos, como regulamentar as gratificações, estabelecer as funções de cada cargo para melhorar o ambiente de trabalho, a injustiça em relação a equipe do SAIJ/VEP e motoristas, não sendo esquecidas também as questões que envolvem os aposentados e pensionistas muitas vezes injustiçados pelas administra-



ções anteriores e também os aposentados e pensionistas do foro extrajudicial.

No plano de ação sindical para este ano, foram aprovadas as mobilizações de toda a categoria para a conquista do Plano de Carreira e dos demais pontos da pauta de reivindicações, bem como o combate ao assédio moral. Foram aprovados encontros regionais para aprofundar a discussão da minuta de anteprojeto do plano, onde todos os servidores poderão se manifestar com um único objetivo: construir coletivamente uma proposta que realmente venha a atender os anseios de toda a categoria.

Nessas plenárias regionais, a direção liberada do Sindijus-PR vai discutir com o maior número possível de servidores a minuta

aprovada na 15ª. Plenária, com um calendário já definido, pois o fator tempo, não pode ser esquecido.

Outro ponto, que já é uma vitória da categoria neste momento, é a comissão paritária entre servidores e administração, que deve ser mantida para elaboração do anteprojeto de lei e também durante a implantação do Plano.

Podemos concluir companheiros e companheiras, que o momento é este, existe a boa vontade da administração já manifestada e do outro lado, a determinação de todos os servidores para mais esta conquista, que é de todos e para toda a vida. Portanto, vamos ao trabalho, vamos fazer a nossa parte, participando e construindo juntos a nossa proposta do Plano de Carreira.

cartas**APOSENTADORIA POR INVALIDEZ**

Glória a Deus. Vou ficar orando e pedindo ao Deus Supremo que consigamos receber nossos proventos de Lei e de Justiça, pois não aguento mais ficar mendigando e ainda DOENTE. Sou aposentada do TJ por invalidez desde 2004 e recebo pela Parana Previdência. E com essa nova PEC 05 espero que eu tenha o direito de receber o benefício equivalente ao salário integral.

de de eu ir à Curitiba, pode acompanhar pela internet toda atividade. Parabéns Sindijus-PR pela iniciativa.

J.B.

DÚVIDAS

Meu esposo era funcionário do TJ e não sei o porquê nos passaram para o Parana Previdência. Por gentileza quero uma resposta concreta. Grata.

S.B.

NOTA DA REDAÇÃO

A resposta para teu questionamento sobre o porque do seu esposo ter ido para a Parana Previdência é porque o Fundo Previdenciário paga os benefícios dos servidores aposentados que tinham menos de 50 (homens) e 45 anos (mulheres) em 1998, quando a lei que criou a Parana Previdência foi sancionada. E o Fundo Financeiro paga as aposentadorias de quem já era pensionista e dos que tinham mais de 50 anos (homens) ou 45 anos (mulheres) em 1998. Na verdade todos os servidores da ativa, que irão se aposentar futuramente vão para a Parana Previdência.

N.K.

PLANO DE CARREIRA

Prezados, a matéria no site sobre a 15ª Plenária está ótima. Não vejo a hora de conquistarmos o Plano de Carreira, pois do que adianta estudar se não temos como crescer profissionalmente? Obrigada Sindijus-PR pela perseverança.

F.P.

15ª PLENÁRIA

Primeiramente agradeço as conquistas e vitórias conseguidas. E fiquei muito contente pela inovação deste ano na Plenária, pois como não houve a possibilida-

As cartas não refletem a opinião do Sindicato.



ÓRGÃO INFORMATIVO DO SINDIJUS-PR - SINDICATO DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
Sede: Rua David Geronasso, 227 - Boa Vista CEP 82540-150 - Curitiba-PR
Fone: (41) 3075-5555 - Fax: (41) 3075-6702

As cartas podem ser enviadas para conscienciaeluta@sindijuspr.org.br

www.sindijuspr.org.br

SISTEMA DIRETIVO**Conselho Executivo**

coordenador-geral: José Roberto Pereira; secretário-geral: André de Souza Vieira; Ademir Aparecida Pinto; Aírtton Dias de Oliveira; Clóvis Menger; David Machado; Esio Luis Rasch; Luciana Brasil; Mário Cândido de Oliveira e Rosanna Brunow Ventura.

Conselho Deliberativo

Adivaldo Rosa; Aires Francisco Dias; Alan C. Martinez; Aldo Bonato; Altamir B. da Costa; Amauri da Silva Fernandes; André Guilherme de Freitas; Andréa Regina F. da Silva; Ângelo José Sasso; Antonio Carlos Datto; Antonio Marcos Pacheco; Antonio Rubens Primão; Aquilino Anselmo de Assis; Carlito Pinheiro de Azevedo; Daisniffer Cherini; Dirce Leni da Rosa; Edson Fernando da Silva; Edson Luiz Futerko; Eduardo Bittencourt de Paula; Hamilton dos Santos Oliveira; Hassan Pacarat; Itacir Antunes dos Santos; Jacqueline Arnold da Silva; Jacqueline Teles de Padua; Jair Zoculoto; João Batista de Souza; João Guedes da Silva; João Ricardo Bento; Jorge A. Modesto Pereira; José Douglas Martins; Josevaldo Moreira Alves; Juraci R. de Moraes; Jurandir Moreira Vilas Boas Junior; Lucinei Luiz Guimarães; Luiz Antonio Zeni Trevisan; Luiz Carlos Knapkii; Luiz Carlos Lopes; Luiza Narduci Pereira; Marcel Reis Pires; Marcello de Oliveira; Marco Antonio Cremonese; Marcos Jackson Severino; Maria Dulcineia F. G. Del Rios; Maria Emilia Martins; Maria Madalena de Oliveira; Maria Elena

Machado de Paula; Mario Sérgio dos Santos; Mary Claudia Hetka Dubiel; Neli Maria Felix; Orlando André Santos; Osmar Lopes da Silva Filho; Paulo Paulino Rodrigues; Pedro de Paula Derreira; Pierina Libera De Martini; Renato Brito Ferreira; Rui Artur de Aguiar; Sidnei Barbieri; Silvana Claudia Barreiro; Tiago Rossi Valicente; Vaner Galli; Wilson A. Pietro Gomez e Zuleide Marques dos Santos.

Conselho Fiscal

Dario A. da Costa; Geremias Moraes Voes; João Correia Damásio; Noeli de Borba Schardosin e Paulino Maciel.

Editor Responsável (fotos, diagramação e edição)

Gustavo Henrique Vidal - jornalista profissional diplomado - MTB 5928-PR
Pamela Mendes Leony - jornalista profissional diplomada - MTB 5480-PR

Ilustrações

Simon Taylor

Impressão

Jornal do Estado/Tiragem 5.500

Edição final às 22h30 do dia 10 de abril de 2012.

ATIVIDADE do Sindijus-PR vai orientar como os servidores devem proceder

Seminário vai discutir assédio moral no Judiciário

A imagem de um fantasma ilustra a maioria das campanhas contra a prática do Assédio Moral que personifica uma ameaça invisível, porém real no ambiente de trabalho.

Para ampliar o debate sobre esse mal, o Sindijus-PR realiza no dia 04 de maio, em Curitiba, seminário para orientar e conscientizar os servidores de como se prevenir dessa prática, que tem crescido no ambiente de trabalho.

“Queremos preparar os servidores para se defenderem, pois muitas vezes não sabem que estão sendo vítimas do assédio”, diz o diretor do Sindicato, David Machado.

A questão foi debatida no Planejamento Estratégico da Diretoria, em fevereiro, que decidiu editar uma cartilha sobre o assédio moral para que os servidores tenham sempre em mão orientações rápidas. “O seminário vai servir para dar continuidade à campanha que pretende acabar com o assédio dentro do Judiciário. A cartilha será uma extensão dos debates entre os servidores”, explica David.

A meta é conscientizar todos - trabalhadores e responsáveis pela administração - sobre a necessidade de se coibir esse comportamento doentio, mostrar que existe um custo econômico e social do assédio sobre trabalhadores e trabalhadoras. É preciso, no entanto, superar a falsa percepção sobre o assédio moral no trabalho e evitar a banalização do problema.

Não é toda conduta que o caracteriza. Não se trata simplesmente de uma forma dura de chefiar. Contudo, é preciso identificá-lo para prevenir sua ocorrência. Por isso - a fim de compreender, identificar e enfrentar o problema - é importante uma abordagem multidisciplinar, que envolva médicos, psicólogos, administradores, assistentes sociais, sindicalistas e outros representantes dos funcioná-

ASSÉDIO MORAL CHEGA!

Juntos para combater



rios do Tribunal de Justiça.

No serviço público, o assunto deve ser amplamente debatido, pois, apesar da estabilidade, o assédio se apresenta de forma visível e marcante: na avaliação de desempenho, nas progressões, promoções, na retirada de vantagens, na falta de treinamento adequado, na disputa por cargos. Como não têm poder para demitir, chefes passam a perseguir, humilhar e sobrecarregar o servidor com tarefas inúteis.

O principal objetivo do assediador é fazer com que o servidor peça exoneração ou remoção. Pode haver no assédio a intenção de mudar a forma de proceder do servidor em relação a algum assunto (para que deixe de apoiar o sindicato nos movimentos reivindicatórios, por exemplo), ou o simples propósito de humilhar o servidor diante dos outros, como forma de punição pelas opiniões e atitudes.

Reestruturações e transferências feitas sem planejamento em relação às pessoas e cargos, sem transparência ou sem critérios claros de avaliação, geram rancores, revanches e ressentimentos.

A prática é reconhecida por diversos órgãos como a Organização Mundial de Saúde (OMS) que a define como “o uso deliberado de força e poder contra uma pessoa, grupo ou comunidade que causa danos físicos, mentais e morais através de poder ou força psicológica gerando uma atitude discriminatória e humilhante”.

Para a médica do trabalho e professora da Universidade de São Paulo (USP), Margarida Barreto, a piora nas condições de trabalho desencadeia fatores psicossociais irreparáveis nos trabalhadores, já que grande parte de suas vidas se passa dentro das empresas. “O ambiente de trabalho está deixando os trabalhadores doentes, essa deterioração tem dizimado muitas vidas e o assédio moral tem sido o grande responsável por essa situação”.

A prática do Assédio Moral é visto como um problema de saúde pública e um dos novos riscos no mundo do trabalho que mobiliza gestores de empresas públicas e privadas. Com informações do Sinjus-MG e do site assédio.moral.org.br.

Servidores poderão concluir tratamento antes de se desligar do SAS

O Tribunal de Justiça negou o pedido do Sindijus-PR que solicitava à administração o fim da exigência do desligamento dos servidores do Sistema de Assistência à Saúde (SAS) para adesão ao auxílio-saúde.

No entanto, o TJ irá rever a decisão para os servidores que têm procedimentos já agendados. Segundo o Tribunal, será estipulado um prazo para que todos os servidores que tenham exames ou cirurgias marcados, por exemplo, terminem o tratamento, para depois se desligarem. Estes casos deverão ser informados previamente ao Departamento Administrativo, para que ocorra a suspensão do desligamento até o fim do tratamento.

Conforme o despacho, assinado pelo presidente Miguel Kfoury Neto no dia 12 de março, a Lei 16.954/11 prevê apenas uma forma de adesão e não autoriza a utilização do SAS e auxílio-saúde simultaneamente, “por caracterizar duplo benefício, já que o TJ oferecerá ressarcimento das despesas com plano ou seguro”.

O Sindijus-PR sustentou o fim do desligamento argumentando que, sem o SAS, os servidores ficariam sem cobertura por um determinado período, em decorrência das carências impostas pela contratação de um plano de saúde.

PARTICIPE SEMINÁRIO ASSÉDIO MORAL

Dia: 04 de maio
Local: Clube Sub-tenentes e Sargentos em Curitiba
Inscrições:
conscienciaeluta@sindijuspr.org.br

15ª Plenária Estadual do Sindijus-PR reuniu mais de 130 servidores

Participantes aprovaram por unanimidade os Planos de Carreira, de Luta e de Ação Sindical para 2012

A 15ª Plenária Estadual do Sindijus-PR, com participação significativa dos servidores, mais de 130 de todo o Estado, aconteceu nos dias 30, 31 e 1º de abril, em Curitiba. Foi definido entre outras questões, o plano de lutas e de ação sindical para este ano. O ânimo do encontro foi dinâmico, surgiram várias propostas para avanço na luta. A novidade do evento ficou por conta da transmissão da Plenária via on-line e ao vivo. Reunidos durante três dias, os participantes debateram principalmente o Plano de Carreira. Divididos em grupos de trabalho, foi discutida e atualizada uma Minuta da proposta do Plano de Carreira que será aprofundada nas plenárias regionais. Uma das conclusões dos grupos é a de que o Plano é o principal instrumento para dar expectativa de futuro; ajudando acabar com as distorções; garantir os direitos adquiridos dos ativos, aposentados e pensionistas; garantir a participação paritária dos servidores na comissão de elaboração e implantação do plano.

Segundo o coordenador-geral do Sindijus-PR, José Roberto, a categoria avaliou qual é o caminho mais adequado para avançarmos nas conquistas e principalmente, pela criação do Plano de Carreira para todos os servidores do Judiciário do Paraná. "Historicamente nossa luta é pela valorização do servidor, construir carreiras públicas e atrair quadros capacitados, para melhor atender a população", lembrou.

Encerrando a 15ª Plenária, foram aprovadas por unanimidade, as mobilizações apresentadas pelos participantes para nortear a caminhada pelo Plano de Carreira, o Plano de Luta e Plano de Ação Sindical dos servidores para o ano de 2012, e ainda, um Calendário Anual de Reuniões por classe. A programação seguiu com a Assembleia Geral Extraordinária, conforme publicação do Edital de Convocação. Os servidores aprovaram por unanimidade todas as deliberações da 15ª Plenária.



Servidores durante a 15ª Plenária

PLANO DE CARREIRA

O assessor jurídico do TJ, José Otávio Padilha fez um apanhado histórico das propostas de Plano de Carreira que já foram construídas pela categoria. O debate movimentou a Plenária. José Otávio disse que a categoria deve colaborar na construção da proposta que será discutida na Comissão paritária.

As discussões se prolongaram, com o advogado do Sindijus-PR, Ludimar Rafanhim; o juiz auxiliar da Presidência do TJ, Frederico Mendes Jr; e com a professora Vera Lúcia Miranda, assessora Política e de Gestão do Sisejufe-RJ. Ludimar e Vera abordaram a construção do plano e a sua importância. Ludimar expos ainda uma Minuta da proposta do Plano de Carreira sob o ponto de vista jurídico, citando princípios constitucionais para a elaboração de um projeto que contemple toda a categoria. "Não há espaço para discussões de uma categoria em particular, é necessário pensar no todo", destacou o advogado.

Representando o TJ e a Comissão do Plano de Carreira, Frederico assegurou a participação efetiva dos servidores na

comissão. "Vamos trabalhar com 10 mãos", afirmou, lembrando o número de integrantes na comissão, que serão os responsáveis por desenvolver a proposta. E para professora Vera Lúcia a carreira é um elemento de fortalecimento do TJ e deve ser intimamente ligada ao papel social e a missão do Judiciário.

A discussão foi reforçada com participação do professor Arnaldo Vicente, diretor da APP-Sindicato, que apresentou a experiência de luta do magistério estadual para alcançar o Plano de Carreira. "O plano dá estabilidade e cria uma linha de continuidade de carreira do funcionário público", enfatizou.

DESAFIOS DO JUDICIÁRIO

O desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, Luiz Alberto Vargas, apontou durante palestra os desafios do Judiciário para o futuro. Segundo ele, o processo de modernização é fundamental para melhorar a prestação de serviço à população. No entanto, esse processo deve ser acompanhado de melhorias estruturais que ofereçam condições de trabalho tanto para juízes como para os servidores. "É a

valorização e qualificação dos servidores que impulsionará a qualidade dos serviços", finalizou.

CONJUNTURA

O diretor executivo da CUT Nacional, Dary Beck, analisou o momento político internacional, apontando destaques para a crise financeira mundial. Ele comparou o momento europeu com a economia brasileira, que não está sentindo os efeitos dos problemas na Europa. Já o juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, Francisco Rossal, falou da estrutura ultrapassada dos tribunais brasileiros. Ele destacou a presença do juiz auxiliar da Presidência do TJ na plenária, afirmando que é uma novidade. "O Judiciário nunca foi democrático", decretou. Para ele a estrutura do Judiciário precisa de independência, tanto constitucional como financeira. Ele reafirmou ainda que o Plano de Carreira é uma necessidade para melhorar a prestação de serviço. "Dentro desta estrutura, precisamos de juízes e servidores qualificados, com planos que incentivem os servidores", declarou.

Sindijus-PR percorrerá o Estado para construir o Plano de Carreira

Primeiro Encontro Regional com os servidores será no Litoral

Gustavo Henrique Vidal



Ideia é levar a construção do Plano de Carreira para todos os servidores

A luta dos servidores do Poder Judiciário do Paraná, ao longo dos últimos anos, tem sido um exemplo da resistência e conquistas. As inúmeras mobilizações, nesse longo período, para impedir a retirada dos direitos dos servidores, tiveram resultados positivos, como por exemplo, a criação do Plano de Cargos e Salários. Mas dessa vez, para corrigir as distorções ainda existentes, o Sindijus-PR quer, junto com a categoria, conquistar ainda mais, e neste momento o fundamental é a implantação de um Plano de Carreira, que dará uma expectativa de crescimento para todos.

O Sindicato quer ampliar a discussão através dos encontros regionais para que coletivamente possamos construir uma proposta que venha a

atender as expectativas da categoria. Segundo o coordenador-geral do Sindicato, José Roberto Pereira, o diálogo com a categoria é essencial, principalmente neste momento de construção da proposta que deve agregar todos os servidores.

Baseados nisso, no último dia 01º de abril, na 15ª Plenária Estadual, os servidores aprovaram a nomeação de relatores para acompanharem as reuniões e encontros regionais que aprofundarão a luta pelo Plano de Carreira em todo o Paraná. Sendo: Clayton Machado Carstens Júnior (Pinhais), Esio Rasch (Foz), João Ricardo Bento (Londrina), Orlando André Santos (Palmas), Mário Cândido e André Vieira (Direção).

Foram definidas também as datas desses encontros que

AGENDA DE ENCONTROS

- 17/04 - Litoral
- 23/04 - Cascavel
- 24/04 - Foz do Iguaçu
- 26/04 - Norte Pioneiro
- 27/04 - Pato Branco
- 08/05 - Londrina
- 10/05 - Maringá
- 15/05 - Umuarama
- 17/05 - Paranavaí
- 22/05 - Ponta Grossa
- 24/05 - Metropolitana
- 29/05 - Curitiba
- 05/06 - Francisco Beltrão

além da discussão da minuta do plano, também serão abordados pontos específicos de cada classe, além da questão do assédio moral, que já tem um seminário marcado para o início de maio próximo.

É redundante, porém necessário afirmar que a aprovação do Plano de Carreira será uma grande vitória para a categoria, por isso, José Roberto ressalta a importância da participação dos servidores nos encontros.

aconteceu



SERVIDORES DE PALMAS ENGAJADOS NA LUTA PELO PLANO DE CARREIRA

Arquivo Sindijus-PR



A campanha pela criação do Plano de Carreira vem crescendo cada vez mais. Dessa vez, são os servidores da Comarca de Palmas que se uniram para mais uma conquista da categoria, pela implantação do Plano de Carreira para os trabalhadores do Poder Judiciário do Paraná.

O Sindijus-PR quer a opinião de toda a categoria para desenvolver um Plano de Carreira que agregue todos os servidores. Por isso, você servidor pode estar enviando sua sugestão para o e-mail conscienciaeluta@sindijuspr.org.br

SINDIJUS-PR FARÁ CÁLCULOS DE VALORES DEVIDOS AOS PENSIONISTAS DO FORO EXTRAJUDICIAL

Arquivo Sindijus-PR



Diretores do Sindijus-PR e o advogado Daniel Godoy participaram no último dia 09 de abril de reunião na Parana Previdência para discutir a incorporação da ação dos 53% aos vencimentos dos pensionistas do Foro Extrajudicial. O Sindicato havia entrado com mandado de segurança para garantir o pagamento, retroativo a junho de 2002.

A Parana Previdência afirma que já pagou nove parcelas com correção monetária, mas reconhece que não houve a quitação dos juros. Assim, o Sindijus-PR realizará cálculos para verificar os valores que ainda são devidos aos pensionistas.

jogo rápido

MOVIMENTOS SOCIAIS E ENTIDADES EXIGEM A COMISSÃO DA VERDADE

No dia 12 acontece no Teatro da Reitoria da UFPR o lançamento do Fórum Paranaense de Resgate da Verdade, Memória e Justiça. Esta é uma luta de todos os brasileiros para o resgate da verdade como parte da afirmação dos direitos humanos no Brasil.

Em março, em prol disso, diversas organizações sindicais e populares ocuparam a Boca Mandita em Curitiba. Já em Fortaleza, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre e Belém ocorreram ações diante de residências e locais de trabalho de ex-policiais e ex-militares acusados de tortura, estupro e assassinato de presos políticos durante a ditadura militar (1964-1985). Também neste dia, o Clube Militar do Rio de Janeiro promoveu um evento para comemorar o golpe de 64 e reafirmar sua posição contra as investigações.

A Comissão da Verdade foi criada pelo Governo Federal em novembro do ano passado e irá apurar as violações dos direitos humanos praticados pela ditadura militar. Mas o governo federal ainda não a instituiu oficialmente. Essa demora, na visão dos movimentos, permite que os clubes militares e outros grupamentos que sustentaram o golpe, e participaram da repressão se manifestem de forma cada vez mais agressiva contra a sua instalação. Para as organizações de esquerda, mesmo passados quase 30 anos, é preciso que o Brasil inicie o processo de apuração e punição dos crimes, como vem sendo feito na Argentina, no Chile, no Uruguai entre outros países.

SINDIJUS-PR COBRA DO TJ CONTINUIDADE DO PAGAMENTO DAS PARCELAS QUE RESTAM DA URV MAIS OS JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA

Pamela Leoni



Em reunião com o juiz auxiliar da Presidência do Tribunal de Justiça, Frederico Mendes Júnior o Sindijus-PR cobrou informações referente a URV. Segundo Frederico, ele acredita que o pagamento das parcelas que restam da URV mais os juros e correção monetária continuarão sendo pagas da mesma forma que vem acontecendo.

ENUNCIADO orientará decisões do Conselho

CNJ admite compensação dos dias parados em greves do Judiciário

O Plenário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou proposta de Enunciado sobre os descontos de greve dos trabalhadores do Poder Judiciário. A intensa atividade das entidades sindicais garantiu avanços. O texto aprovado incorpora a possibilidade de compensação, que não estava contemplada na proposta original do relator.

A votação ocorreu por unanimidade, ao final da sessão, na chamada “pauta rápida”, dos processos onde há consenso. Por isso, não houve a leitura do texto aprovado.

Segundo informações do relator, conselheiro Gilberto Valente Martins, o novo enunciado, na redação aprovada, estabelece que a greve suspende o contrato de trabalho, sendo legítimos os descontos salariais dos dias de paralisação, desde que não haja op-

ção pela compensação. Conforme Martins, o enunciado revela o entendimento atual do CNJ sobre determinada matéria, e a possibilidade dos descontos tem sido reiteradamente reconhecida pelo Plenário.

A possibilidade de compensação foi incluída como uma espécie de recomendação aos tribunais e sindicatos, para que haja efetiva negociação em torno do tema. O relator também destacou que o texto visa mostrar a impossibilidade de haver qualquer punição aos grevistas, bem como outros prejuízos funcionais que não sejam o eventual desconto dos dias não trabalhados, se não houver a compensação.

Muito embora tenha sido negado o ingresso da Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e outras entidades no processo, impedindo a sustentação oral,

o relator e vários Conselheiros ouviram a argumentação dos sindicalistas e advogados.

Na avaliação do assessor jurídico da Fenajufe, Pedro Pita Machado, que esteve presente à Sessão, “é claro que o texto não reflete a posição dos trabalhadores sobre o direito de greve, pelo contrário, mas também é inegável que houve um avanço em relação à proposta original, que se limitava a autorizar os descontos”. Segundo ele, o atraso na regulamentação da Convenção 151 sobre a negociação coletiva no serviço público tem contribuído para gerar impasses como esses. E arremata: “a matéria é típica para a negociação coletiva, e é preciso sensibilizar os administradores que o salário dos dias de greve é um componente importante para a resolução dos conflitos coletivos de trabalho”.

CNJ retoma inspeções nos tribunais

A Corregedoria Nacional de Justiça, órgão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), retomou as inspeções nos Tribunais de Justiça, que estavam suspensas desde o final do ano passado por decisão liminar do Supremo Tribunal Federal (STF). As inspeções abrangem diversos tribunais, incluindo o de São Paulo, e fazem parte das atividades rotineiras da Corregedoria Nacional de Justiça. As inspeções nos tribunais são feitas por amostragem, inclusive porque a

Corregedoria Nacional não dispõe de estrutura para investigar todos os magistrados. A retomada do trabalho foi possível depois de decisão do Plenário do Supremo, que, em fevereiro, reconheceu que a Corregedoria Nacional tem poder para investigar os tribunais, e de decisão liminar do ministro Luiz Fux, relativizando a liminar anterior. Entretanto, a Corregedoria Nacional continua impedida de utilizar os dados do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf).

EMENDA foi aprovada pelo Congresso Nacional

Sindijus-PR pede revisão das aposentadorias por invalidez

União, estados e municípios têm 180 dias para rever os benefícios

O Sindijus-PR protocolou pedido para que o Tribunal de Justiça inicie a revisão das aposentadorias por invalidez. O documento recebeu o protocolo nº 129385/2012. A solicitação do Sindicato se deve ao fato de o Congresso Nacional ter aprovado a PEC 05, hoje Emenda Constitucional nº 70, que trata do direito de servidores públicos de se aposentarem por invalidez com salário integral.

Com a aprovação, a União, os estados e os municípios terão 180 dias para rever os benefícios de servidores que ingressa-

ram na administração pública até 2003, e que se aposentaram por invalidez a partir de 1º de janeiro de 2004. Quem estiver nessas condições e dos pensionistas relacionados à esse tipo de aposentadoria, passará a receber proventos integrais.

A emenda visa corrigir a ausência de tratamento isonômico aos benefícios pagos aos servidores que tiveram a aposentadoria por invalidez concedida antes ou depois 2004. Em ambos os casos, os servidores devem ter ingressado até 2003.

Pela Emenda Constitucional nº 41, os

servidores que se aposentaram por invalidez após 1º de janeiro de 2004 têm direito, apenas, a proventos proporcionais, enquanto os que tiveram o benefício concedido anteriormente a esta data têm direito à aposentadoria integral.

Para os servidores que ingressarem após 2004, a regra continua a mesma, isto é, terão direito a proventos integrais somente os servidores cuja invalidez seja decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, na forma da lei.

SINDIJUS-PR REALIZARÁ O TIJUP EM NOVEMBRO

Diretores do Sindijus-PR se reuniram para discutir detalhes da organização do IX Torneio Interjudiciário do Paraná, o Tijup. Do encontro, ficou definida a data da atividade: será entre os dias 1º e 04 de novembro, durante o Feriado de Finados. Os diretores resolveram, ainda, convocar os integrantes da Comissão de Organização do Tijup para visitar locais no litoral do estado que poderão receber o torneio. A comissão é formada pelos servidores Andrea Regina

Ferreira da Silva, Clovis Menger, Edson Fernando da Silva, Esio Rasch, Hamilton dos Santos Oliveira, Itacir Antunes dos Santos e Mario Cândido de Oliveira. A visita ao litoral foi no dia 29 de março, um dia antes do início da 15ª. Plenária Estadual da categoria.

A Direção do Sindicato orienta aos representantes de todas as comarcas que têm interesse em participar do Tijup, que iniciem, desde já, a busca por apoio para hospedagem e alimentação. O Sindijus-PR tentará viabilizar melhores preços para os servidores, de maneira que facilite a vinda de todos os interessados.

SINDIJUS-PR ENTRARÁ COM AÇÃO JUDICIAL PEDINDO O TIDE PARA QUEM NÃO RECEBEU

O Sindijus-PR tendo em vista o indeferimento do pedido administrativo pelo Tribunal de Justiça, referente a concessão do TIDE aos servidores que não foram beneficiados pela gratificação em 2010, conforme já deliberado em assembleia geral no ano passado, vai buscar esse direito na via judicial.

Neste caso, alertamos a todos os interessados, que as decisões dos Tribunais Superiores só beneficiam os filiados da Entidade de classe. Por este motivo, o Sindijus-PR abre prazo até o dia 15 de junho de 2012 para os servidores que quiserem fazer parte do processo filiarem-se ao Sindicato.

TJ TEM ACORDO DE COOPERAÇÃO COM A CAIXA ECONÔMICA PARA SERVIDORES

O Sindijus-PR informa aos servidores que o Tribunal de Justiça tem um Acordo de Cooperação com a Caixa Econômica que disponibiliza condições especiais para concessão de crédito imobiliário a servidores (ativos, inativos e pensionistas).

O Acordo é nas modalidades de imóvel residencial novo, usado, na planta e construção de unidade isolada; para beneficiários que optarem pelo débito em conta corrente tem 100% de quota de financiamento; o prazo máximo contratual é até 30 anos; e com redução da taxa de juros. Para conhecer informações referentes ao Acordo acesse a sessão de Documento do site do Sindicato, arquivo com o nome "Acordo de Cooperação entre TJ e Caixa Econômica".

Governo quer novo fundo para aposentadorias; Sindicatos são contrários

O governo do Paraná deseja imitar a criação do Fundo Previdenciário dos servidores da União, para implantar uma arrecadação complementar de aposentadoria para os servidores do Paraná.

Assim como no modelo federal, a proposta em estudo pelo governo do estado prevê que o teto das aposentadorias do funcionalismo público, que hoje é de R\$ 24,5 mil, cairia para o equivalente ao teto do INSS - R\$ 3.691,74. Servidores que queiram ganhar acima desse valor teriam que fazer uma contribuição adicional de até 7,5% para o fundo complementar. Pela proposta, a nova arrecadação seria gerida pela Paranaprevidência, que já administra as aposentadorias e pensões dos servidores.

Recentemente, o governo tentou debater um reajuste na contribuição para 14%. Hoje, a maioria dos servidores paga 10,93%. A medida também foi rechaçada pelos servidores. A proposta ainda incluiria desconto dos aposentados e pensionistas.

"No fim, a medida aumenta a contribuição previdenciária dos atuais 10% da Paranaprevidência, para 17,5% com esse fundo complementar", explica David Machado, diretor do Sindijus-PR.

David lembra ainda que o Sindicato e o Fórum dos Servidores Estaduais são contrários a criação de um previdência "adicional", já que pune os trabalhadores pelas más gestões no órgão que gerencia as pensões e aposentadorias dos trabalhadores.

"Temos uma proposta de auditoria na Paranaprevidência antes de qualquer mudança na contribuição. Não concordamos com o aumento para 14% no passado e lutaremos para que essa nova proposta não prejudique os servidores", afirma David.

GRUPO vai discutir medidas de segurança no Judiciário

Sindijus-PR integra comissão de segurança do TJ

Sindicato vai defender a instalação de câmeras e portas giratórias nos fóruns

Cumprindo determinação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Tribunal de Justiça do Paraná instalou este mês a Comissão Permanente de Segurança para elaborar plano de proteção e assistência dos juízes em situação de risco. O órgão, que orientará a implantação de uma política de segurança dentro do Judiciário, é formado por magistrados do 1º e 2º graus, servidores e por representante do Sindijus-PR.

Uma das primeiras ações da comissão será discutir o controle de acesso aos prédios com varas criminais. O secretário-geral do Sindicato, André Vieira, que acompanhará as reuniões, adianta que o Sindicato defenderá a instalação de portas com detectores de metais, câmeras de vigilância e segurança armada nas varas criminais, medidas indicadas pela Resolução 104 do CNJ.

“A orientação do conselho é para que os cartórios criminais tenham esses equipamentos. A resolução permite, porém, a extensão desses mecanismos às demais varas. Por isso, vamos discutir a implantação dessas



medidas nos fóruns, atingindo todos os servidores”, afirma André.

Segundo a resolução, deverão se submeter ao aparelho detector de metais, todos que queiram ter acesso às varas criminais ou às salas de audiência, mesmo o servidor ou magistrado, apenas com ressalva da escolha de presos.

O documento do CNJ indica ainda que o policiamento osten-

goria. Muitos hoje convivem com o risco de armazenar provas, algumas delas armas de fogo, em salas inadequadas ou cofres dentro do próprio cartório.

SERVIDORES

Embora a comissão seja destinada a segurança de magistrados, o Tribunal precisa oferecer medidas de segurança também aos servidores. Recentemente, um oficial de Justiça foi atropelado por um réu que se negou a entregar um veículo, durante o cumprimento de mandado de busca e apreensão.

Outros casos também mostram que os servidores estão expostos a esses e outros riscos durante sua atividade funcional. Um servidor chegou a ser agredido dentro do cartório por parentes do réu. Outro oficial de Justiça foi espancado no cumprimento de um mandado de separação de corpos.

“Os servidores necessitam de melhores mecanismos de segurança. Todos somos responsáveis pela Justiça mas precisamos ter segurança para bem atendermos a população”, afirma André.

Para o Sindijus-PR essas medidas beneficiarão toda a cate-

dos, procuradores, dirigentes sindicais, servidores, professores e estudantes, e terá como palestrantes especialistas internacionais. A programação terá painéis e mesas redondas que tratarão da Convenção 87 da OIT e a Constituição Brasileira, a proteção contra as condutas antissindicais, a organização sindical e suas fontes de custeio, experiências inovadoras e reflexões sobre as novas perspectivas do sindicalismo no Brasil, direito de greve e negociação coletiva.

de olho nas datas

17 DE ABRIL

1ª reunião da Comissão que irá discutir o Plano de Carreira e eventuais alterações nas Leis 16023/08, 16024/08 e 16748/10

17 A 20 DE ABRIL

Workshop sobre Fotojornalismo com o repórter fotográfico Joka Madruga em Curitiba

18 DE ABRIL

Reunião com o presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, Miguel Kfourri Neto

18 DE ABRIL

Reunião com os relatores nomeados na 15ª Plenária que aprofundarão a luta pelo Plano de Carreira em todo o Paraná

20 E 21 DE ABRIL

Curso de Comunicação Sindical para os representantes de base do Sindijus-PR

21 DE ABRIL

Dia do Tiradentes

25 A 27 DE ABRIL

Seminário “Liberdade Sindical e Os novos rumos do sindicalismo no Brasil”, que o Tribunal Superior do Trabalho (TST) realizará em Brasília.

27 DE ABRIL

APP-Sindicato realiza o Seminário Político Educacional sobre currículo

SEMINÁRIO DISCUTE LIBERDADE SINDICAL

Estão abertas, até o dia 24 de abril, as inscrições para o seminário “Liberdade Sindical e Os novos rumos do sindicalismo no Brasil”, que o Tribunal Superior do Trabalho (TST) realizará em Brasília de 25 a 27 de abril para difundir conhecimento especializado a respeito do modelo sindical brasileiro comparado às normas da Organização Internacional do Trabalho (OIT). As inscrições são gratuitas, sujeitas à disponibilidade de vagas e devem ser feitas no site do TST. O seminário reunirá magistra-